

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CAMPESINATO: VALORIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

Congresso Online de Licenciaturas, 2^a edição, de 24/08/2021 a 26/08/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-72-2

SILVA; Leandro Vieira da¹

RESUMO

A proposta do presente resumo é trazer reflexões sobre como a educação patrimonial pode contribuir para a valorização dos povos tradicionais e do campesinato de um modo geral. Esse campo é pouco explorado na bibliografia, já que essa foca suas atenções nas reflexões teóricas na relação do Estado com o campesinato e nas conturbadas implantações de empreendimentos de infraestrutura e de mineração. Do ponto de vista empírico, essa temática tem grande relevância para as regiões na bacia hidrográfica do rio São Francisco e na Amazônia oriental, por serem cenários de grandes modificações socioambientais no início deste século. E nessa perspectiva a educação patrimonial tem um papel importante, lançando luz tanto sobre a história da formação do campesinato brasileiro desde o período colonial, quanto sobre os processos de resistência das populações rurais, de forma a valorizar a classe e imbuir esses grupos sociais de orgulho, solidariedade e valorização. Do ponto de vista teórico, essa proposta pode ser enriquecida a partir das contribuições de vários pesquisadores que trataram da formação histórica do campesinato brasileiro, como Ciro Cardoso e Jacob Gorender. Assim, a partir de uma perspectiva empírica, o trabalho da educação patrimonial baseado no patrimônio arqueológico, o qual na maior parte dos sítios está situado no meio rural, poderá contribuir para os seguintes aspectos de resistência política: 1- na resistência política em relação a evitar a desagregação do patrimônio familiar, do parentesco e da herança, elementos importantes para a sobrevivência do campesinato enquanto classe social; 2-na resistência política quanto a sobrevivência de práticas ecologicamente sustentáveis, posto que a economia de subsistência é relevante para os camponeses; 3-na resistência política quanto à implantação de empreendimentos que podem explorar de maneira predatória os recursos naturais e que podem afetar diretamente a sobrevivência dessas populações; 4-na resistência política quanto a preservação da identidade étnica de certas comunidades rurais, como os quilombolas. Sabe-se que no cotidiano, as populações camponesas apresentam sua resistência de forma taciturna e a ações educação patrimonial que podem ser promovidas por professores de história e de geografia através dos vestígios arqueológicos de antigas ocupações rurais, possibilitando tirar essa resistência do local de silêncio. É através da linguagem não verbal da cultura material que as atuais populações rurais podem eclodir a sua voz, recuperando sua estima e fortalecendo a sua identidade com o local. Essas ações educacionais devem estar umbilicalmente ligadas às políticas públicas das esferas da educação e da cultura. Dessa forma, a educação patrimonial dentro do contexto do campesinato apresenta uma profunda dimensão política, de forma a valorizar a trajetória dos ancestrais das famílias agricultoras, de grupos de pescadores, de povos tradicionais, etc., os quais estão diariamente ameaçados quanto à expropriação dos seus territórios e do desmantelamento dos modos de organizar, de produzir e de manter a sua identidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato, Educação Patrimonial, Patrimônio Arqueológico, Populações Rurais, Resistência

¹ IEF-MG, leandro.vieira@meioambiente.mg.gov.br